

A.I. - 298920.0028/05-7
AUTUADO - MOURA GUIMARÃES COM. DE PEÇAS E ACESSÓRIOS
AUTUANTE - HAROLDO ANSELMO DA SILVA
ORIGEM - INFAZ PAULO AFONSO
INTERNET - 07.02.2005

1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0023-01/06

EMENTA: ICMS. 1. DOCUMENTOS FISCAIS. CONECIMENTO DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGAS-CTRC. FALTA DE ESCRITURAÇÃO NOS LIVROS FISCAIS PRÓPRIOS. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. Infração caracterizada. Autuado reconhece a procedência da exigência. 2. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA. AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS DE MERCADORIAS ENQUADRADAS NO REGIME DE SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. RECOLHIMENTO A MENOS DO IMPOSTO. Infração não caracterizada. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em epígrafe, lavrado em 28/11/2005, exige do autuado ICMS no valor de R\$407,40, acrescido das multas de 60% e 70%, sob a alegação de cometimento das seguintes irregularidades, no período fiscalizado de 01/01/2003 a 30/09/2005.

1- Deixou de recolher nos prazos regulamentares ICMS referente a Prestações de Serviço de Transporte não escrituradas nos livros fiscais próprios, nos meses de fevereiro, julho, setembro, outubro, novembro e dezembro de 2003, abril de 2004 e maio de 2005. Total da Infração: R\$262,55.

2- Recolheu a menos ICMS em decorrência de erro na apuração dos valores do imposto. Total da Infração: R\$144,85.

O autuado apresenta peça impugnatória ao lançamento de ofício (fl.47), na qual reconhece a procedência da infração 01, esclarecendo, inclusive, que recolheu a quantia integralmente exigida conforme GNRE que anexa (fl.50). Ataca a exigência referente a Infração 02, dizendo que o autuante alega ter sido recolhido a menor o ICMS relativo à substituição tributária correspondente a Nota Fiscal nº 354.728, com valor das mercadorias de R\$3.957,17.

Afirma que discorda do entendimento do autuante, porque o valor da referida Nota Fiscal é de R\$4.588,34 e explica o motivo de encontrar esse valor.

Sustenta que o fornecedor recolheu antecipadamente o ICMS na GNA, cujo valor é de R\$631,17, referente à Nota Fiscal nº 354.728, para que seja ressarcido somou o total dos produtos com a GNA: Total da NF R\$3.957,17 + R\$631,17GNA = R\$4.588,34.

Prossegue, dizendo que conforme pode se observar não existe diferença a recolher de R\$144,85, referente a Nota Fiscal nº 354.728, que está com o pagamento correto, juntando xérox da citada nota fiscal e da GNA, para segundo afirma melhores esclarecimentos.

Conclui, requerendo que seja acolhida a sua defesa relativa à Infração 2, e que o Auto de Infração seja julgado procedente em parte, considerando o seu reconhecimento quanto à Infração 1.

Na informação fiscal apresentada (fl.55), o autuante diz que o autuado não reconhece o pagamento a menor correspondente à Nota Fiscal nº 354.728, cujo valor total é de R\$4.588,34, e

manifesta o entendimento de que o esclarecimento prestado pelo autuado na peça defensiva não encontra respaldo na legislação do ICMS.

Conclui, mantendo a autuação integralmente.

VOTO

Preliminarmente, verifico presentes os pressupostos de validação do Auto de Infração, lavrado com a observância das exigências contidas no Regulamento do Processo Administrativo Fiscal – RPAF/99, em seu artigo 39, incisos, alíneas e parágrafos, não ocorrendo quaisquer das hipóteses previstas no artigo 18, seus incisos, alíneas e parágrafos, que determinam a nulidade do ato.

No mérito, verifico que o autuado reconhece a Infração 1, informando, inclusive, que recolheu a quantia devida conforme cópia da GNRE que junta ao processo.

Relativamente à infração 2, que trata do recolhimento a menor de ICMS em decorrência de erro na apuração dos valores do imposto, no valor de R\$144,85, observo que o autuado sustenta que o fornecedor recolheu antecipadamente a quantia de R\$631,17, referente a Nota Fiscal nº 354.728, e para que fosse ressarcido somou o total dos produtos com a GNRE o que perfaz o total de R\$4.588,34, consignado na mencionada nota fiscal.

Verifico, ainda, que o valor das mercadorias acobertadas pela Nota Fiscal nº 354.728 é de R\$3.957,17, sendo aplicada a alíquota de 7%, considerando que o Estado de origem é São Paulo, que dá um total de ICMS na operação própria de R\$277,00, devidamente destacado na referida nota fiscal.

Assim, entendo ter incorrido em equívoco o remetente quando computou indevidamente no valor da Nota Fiscal nº 354.728, a parcela que recolheu através de GNRE para o Estado da Bahia, no intuito de ser ressarcido pelo autuado.

Portanto, considerando que o valor correto da Nota Fiscal é de R\$3.957,17, descabe a exigência fiscal, pois o valor devido foi recolhido aos cofres do Estado pelo remetente, recolhimento devidamente comprovado pela Gerência de Arrecadação da DARC/SAT, conforme consulta realizada àquela gerência.

Diante do exposto, entendo que a infração 2 é insubsistente, sendo mantida a infração 1, devendo ser homologado o valor recolhido pelo autuado.

Voto pela procedência em parte do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **298920.0028/05-7**, lavrado contra **MOURA GUIMARÃES COM. DE PEÇAS E ACESSÓRIOS**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$262,55**, acrescido da multa de 70%, prevista no artigo 42, inciso III, da Lei 7.014/96, e demais acréscimos legais, devendo ser homologado o valor recolhido.

Sala das Sessões do CONSEF, 01 de fevereiro de 2006.

RUBENS MOUTINHO DOS SANTOS- PRESIDENTE/RELATOR

ÂNGELO MÁRIO DE ARAÚJO PITOMBO - JULGADOR

VALMIR NOGUEIRA DE OLIVEIRA - JULGADOR